



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Ata n.º 15**

### **5.ª Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 25 de abril de 2019**

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís David Trindade de Moreira Testa, Ricardo Jorge da Costa Trindade Palmeiro Romão, Hugo Chichorro e Silva Capote, Joaquim Francisco da Silva Barbas, Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Maria da Conceição Ceia Miranda, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Adriano Dias Pedro, Amândio José Valente e Valente, Fernando António Rebola, José Pinto Leite, Luís Miguel Crespo Carvalho, Maria do Rosário Palhas Narciso, João Manuel Ribeiro Realinho, Manuela Pedroso (em substituição de Rosa Maria Vieira Correia Pinheiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Marco Antunes (em substituição de Cristiana Mafalda Silveira Camejo, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Carla Lucinda Raposo Mocito, José Cordas Barradas, Diogo Júlio Cleto Serra, João Pedro Meira, Ana Catarina Vilhais, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Francisco José Meira Martins da Silva.-----

O presidente da Assembleia Municipal, Luís Testa, deu início à sessão solene, alusiva às comemorações do dia 25 de abril - dia da liberdade, eram 09H30. Após cumprimentar todos os presentes e efetuar um breve discurso introdutório deu a palavra aos representantes de cada grupo político, da cidade de Portalegre. -----

No uso da palavra, Fernando Rebola, em representação do Partido Social Democrata (PSD), proferiu a seguinte intervenção:

“Há 45 anos que celebramos (e devemos celebrar!) o 25 de abril como o dia em que Portugal conquistou a sua liberdade. Celebrar um aniversário é uma prova de vida! É o que estamos hoje aqui a fazer. A celebrar a vida, a celebrar a democracia e a celebrar a liberdade que conquistámos há 45 anos!

São 45 anos em que temos a liberdade de nos exprimirmos!

São 45 anos em que temos a liberdade de discordarmos!

Mas são sobretudo 45 anos em que temos a liberdade de exprimirmos que discordamos!

São 45 anos sem censura prévia, sem presos políticos e sem guerra colonial.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No dia de hoje, como Jano (deus da mitologia romana das mudanças e transições, deus de todos os começos), cuja dupla face simboliza o passado e o futuro, devemos, no presente, homenagear o passado e refletir o futuro.

Na comemoração do 25 de abril nunca é demais evocar o passado, prestando a nossa justa homenagem a todos os heroicos militares que, interpretando as necessidades, as aspirações e os interesses do povo português, se colocaram do lado certo da história e, aplicando a sua força na proporção exata, puseram fim a 48 anos de uma ditadura vazia de apoio popular, mas transbordante de injustiça social, de opressão e de estratégias de manipulação e alienação, e assim contribuíram de forma determinante para transformar Portugal num país livre.

Expressamos com o sentimento de Povo Livre, o profundo reconhecimento e gratidão aos militares do Movimento das Forças Armadas (os Capitães de Abril), pela sua coragem e pela oportunidade que nos proporcionaram para exercermos o direito de escolher o nosso caminho, de escolher a ordem política, económica e social que melhor corresponda às necessidades e expectativas de todos nós, por nos proporcionarem um horizonte de esperança para construir um futuro coletivo onde se respeite e valorize a diversidade de opiniões e de ideias e a dignidade humana.

É responsabilidade de todos nós, geração após geração, preservarmos e cuidarmos deste precioso legado que nos foi confiado! Porque a liberdade é o valor supremo da condição humana, é alma das sociedades modernas e prósperas e é um imperativo intergeracional.

Se é verdade que a liberdade é condição de progresso das sociedades e de felicidade na condição humana, também é verdade que a liberdade não é um bem definitivo, constrói-se todos os dias! E são muitas as ameaças atuais à plena liberdade: são os extremismos políticos e religiosos e os nacionalismos emergentes; são as *fake news*, o *big data*, os algoritmos digitais e a inteligência artificial que perante a ilusão da livre escolha nos condicionam nas nossas opções. Precisamos de criticamente acompanhar a evolução tecnológica, de ponderar o caminho que estamos a trilhar sem perdermos a consciência das emergentes ameaças que lhe estão associadas.

Também é verdade que a liberdade de cada um de nós não pode oprimir a liberdade do outro, causando dano individual ou coletivo. É o próprio conceito de liberdade que é preciso refletir! Atualmente muitos há que pensam que ser livre é poder dizer o que lhes apetece, quando, onde e da forma que lhes aprouver, mesmo que o que lhes apeteça seja insultar, ofender ou humilhar os outros por pensarem de forma diferente ou ainda para impor as suas próprias ideias com recurso à violência verbal. E fazem-no porque entendem que a sua liberdade é absoluta e não tem limites. Porque entendem que ser livre é tudo poder dizer e fazer. Esta é uma conceção egocêntrica que trai o ideal cívico de liberdade e os valores da democracia, porque quem assim se assume livre considera que a sua liberdade tem um valor superior à liberdade dos outros, colocando-se assim num nível superior ao dos demais, colocando-se acima da lei e acima de valores como a educação, o respeito, a justiça, a honestidade intelectual, a igualdade ou a meritocracia.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A democracia depende da conceção certa de liberdade. A democracia está submetida à pressão dos meios de comunicação social, à qualidade da informação e à rapidez com que esta circula, mas também às desejáveis demonstrações de cidadania ativa. A democracia vive da participação dos cidadãos, do exercício do espírito crítico e da autonomia do pensamento livre, da racionalidade plena, da abertura àqueles que argumentam com fundamento e é ferida na sua essência por aqueles que exploram a mesquinhez e o insulto e exaltam a demagogia e o oportunismo.

É lugar comum enunciar-se que os jovens estão alheados do debate político. Mas devemos apontar o dedo exclusivamente aos jovens, aos seus interesses e à sua formação? ou Será que a natureza e a qualidade do debate político atual também os está a afastar? Será que o debate político se está a focar nos temas que são verdadeiramente relevantes e, até mesmo disruptivos, para o futuro da nação e das regiões? e Será que aqueles que têm a responsabilidade de dar o exemplo o estão a fazer da forma elevada e responsável que o debate e a decisão política exige e o respeito por quem os elegeram merece?

A verdade é que desde as eleições de 1975 nunca houve tão poucos jovens eleitores como agora, são cerca de 14% os eleitores entre os 18 e os 30 anos (quando em 1975 eram cerca de 19%) – portanto a participação de cada um dos jovens é ainda mais preciosa. Em 2015 dizem ter votado apenas 56% dos jovens nas eleições legislativas e nas eleições europeias de 2014 dizem ter votado apenas 19% dos jovens entre 18 e 24 anos e 24% dos jovens entre os 25 e os 34 anos!

Também o número de jovens eleitos para a Assembleia da República tem vindo progressivamente a diminuir: em 1975, 38% dos deputados da Assembleia Constituinte tinham menos de 35 anos; entre 1991 e 1995, na VI legislatura, esse número de deputados caiu para 20% e na atual legislatura, a XIII, a percentagem de deputados com menos de 35 anos é de 14%.

Este ano podem votar pela primeira vez em eleições europeias e em eleições nacionais os jovens nativos do século XXI! A estes jovens, a todos os jovens, a esta geração que é apenas a geração mais qualificada e preparada que Portugal já conheceu, quero dizer que necessitamos do vosso envolvimento e participação, que os vossos pais e os vossos avós contam convosco para preservar e aprofundar os valores da liberdade e da democracia que tanto lutaram para conquistar e preservar; sabemos que serão fiéis depositários desta responsabilidade e temos uma enorme confiança de que irão construir para todos um futuro melhor. A todos, e em particular aos jovens, apelo para que não sejam indiferentes ao sonho da nossa nação e às conquistas de abril, não deixem nas mãos de outros as escolhas que vos pertencem e que são determinantes para o vosso futuro. Assumam a liberdade de querer mais, de participar mais, de serem mais críticos e de serem mais exigentes convosco e com os outros. Só assim conseguiremos corrigir o que não está bem e continuamente melhorar a qualidade da nossa democracia.

O 25 de Abril foi a génese de um Poder Local democrático, autónomo e representativo da população. O Poder Local tem sido um dos motores de progresso e modernização do país. A autonomia local transporta uma relevante dimensão democrática,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

estruturante da República e do Estado, associada à ideia de prossecução de interesses próprios das populações por órgãos representativos democraticamente eleitos.

A conquista do poder local democraticamente eleito não constituiu apenas um ponto de chegada, foi antes a linha de partida para uma nova caminhada. Caminhada essa que ainda hoje continuamos a trilhar na senda de um sistema cada vez mais descentralizado que contribua, de forma determinante, para a afirmação da justiça e eficácia dos propósitos traçados para o país, em geral, e para as regiões/municípios, em particular. A descentralização do poder central nas autarquias do país, com a transferência de mais competências (um dos assuntos que está agora na ordem do dia e um processo que está em desenvolvimento) potencialmente poderá promover um desenvolvimento mais equitativo das regiões e das suas gentes, a valorização e salvaguarda das identidades locais, dos patrimónios genuínos e únicos de cada região, bem como da valorização do respetivo potencial de desenvolvimento.

Mas o sucesso deste caminho de descentralização está dependente da busca incessante das melhores soluções e assenta fundamentalmente em boas lideranças, com capacidade para mobilizar equipas competentes, e numa grande participação cívica dos cidadãos.

Caros concidadãos, caros portalegrenses.

Hoje, 25 de abril, celebramos a democracia e a liberdade! Mas necessitamos ainda de nos libertar da maior de todas as amarras que é a mentalidade de estarmos condenados à condição de sermos uma região pequena, despovoada, pobre e periférica. É preciso superar as fronteiras do conformismo e de romper com as barreiras de uma mentalidade fechada ao desafio, que contém a nossa ambição e impede a nossa afirmação. Necessitamos de uma mentalidade aberta e confiante, que impulse e sustente a vontade e a capacidade criadora das nossas gentes, das nossas instituições e de quem nos escolha e aqui queira pertencer! Precisamos de superar mais este nível das liberdades restabelecidas no dia 25 de abril! Acreditar no futuro é encarar as dificuldades, não como obstáculos intransponíveis, mas como barreiras a superar com determinação.

Hoje é também um dia para renovar a esperança num país e numa região melhor para todos e sobretudo para as gerações futuras.

Não só hoje, dia 25 de abril, mas todos os dias, devemos enaltecer, compreender e construir a liberdade, bem como celebrar a felicidade de sermos livres!”

No uso da palavra, Hugo Capote, em representação da Coligação Democrática Unitária (PCP/PEV), proferiu a seguinte intervenção:

“Ana (nome fictício) é uma mulher jovem de 46 anos, residente no Baixo Alentejo, mãe de 1 filha, a quem foi diagnosticado cancro do recto, em estado avançado.

Iniciou os tratamentos perto da sua cidade natal, mas por necessidade de outras técnicas, deslocou-se a outra unidade hospitalar no Alentejo, onde foi



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

submetida a uma cirurgia em nada diferente dos hospitais dos grandes centros urbanos.

Ana não tem possibilidade de pagar as deslocações entre a sua cidade natal e a localidade onde foi operada e onde tem de vir às consultas de seguimento. Acresce que o supermercado do Pingo Doce onde Ana trabalhava, despediu-a ao descobrir que Ana sofria de uma doença grave.

O marido de Ana não a pode acompanhar porque foi amputado a uma perna na sequência de uma grave doença e se encontra em fase de adaptação a uma prótese que lhe permitirá uma autonomia muito superior à que usufrui hoje. Mas os tratamentos correm bem e Ana melhora a olhos vistos, tendo já engordado e a equipa médica que a acompanha diz-lhe que já não há sinal da doença.

E tudo isto é possível graças ao 25 de Abril!

Sem essa data e sem as conquistas que a mesma permitiu, Ana não teria sido tratada na sua região com as mesmas armas terapêuticas com que qualquer outro doente seria tratado em Lisboa ou no Porto ou mesmo em Nova Iorque ou Londres.

Sem essa data, Ana não teria tido os médicos, os enfermeiros e os restantes técnicos disponíveis nos hospitais da sua região.

Sem essa data, os portugueses, através dos mecanismos que o Estado assegura não teriam assegurado os transportes e os custos dos exames realizados e dos tratamentos da doença.

Sem o 25 de Abril, Ana veria a desigualdade social em que vive agravada pela desigualdade com que a doença seria tratada.

Poderia ter dados mais exemplos como o do João, 56 anos, morador em Trás dos Montes que necessitou de um transplante de fígado realizado no Porto, fígado esse colhido no Algarve ou ainda da Carolina de apenas 5 meses, submetida a uma intervenção ao coração ainda no útero materno.

Na sociedade de então, o Estado não estava organizado para que se providenciasse a todos os portugueses, independentemente da sua classe social ou capacidade económica, os melhores cuidados de saúde possíveis, pagos pela solidariedade intergeracional e social que o 25 de Abril criou. Por isso, ainda hoje, mesmo com PPP's e com o desinvestimento de vários anos, o Serviço Nacional de Saúde (e não o Sistema, como muitos dizem, propositadamente), é apontado como a maior vitória do 25 de Abril.

Temos todos consciência e relatos vivos dos resultados que o SNS trouxe a Portugal e como tal escuso de repeti-los.

Mas aproveito a referência à maior vitória do 25 de Abril para vos falar naquela que, na minha opinião, é a grande derrota do mesmo.

E estou a falar do processo de regionalização ou dito de outra forma, de descentralização de competências do Estado Central.

Apontado como um objectivo do 25 de Abril, inserido num dos D's que serviram de pilar ao projecto político do MFA - o da Democratização, mas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

pensando bem também englobado no D de Desenvolvimento, a Constituição de 1976 e as posteriores redações resultantes dos processos de revisão constitucional, estabeleceram a criação de um nível intermédio de decisão política entre o Governo e as autarquias.

Este nível nunca foi criado e continuamos mais de 40 anos depois a aguardar a sua concretização.

Fez o ano passado, 2018, 20 anos sobre a realização do referendo sobre a regionalização, com os resultados que se conhecem.

Permitam-me relembrar-lhes que o SIM à regionalização apenas ganhou na região do Alentejo, facto que vejo bastas vezes propositadamente esquecido. Pois bem, passados 43 anos sobre a Constituição e 21 sobre o referendo o que é que podemos constatar?

Que todos os agentes políticos na nossa região, sejam de direita ou de esquerda, a comunicação social, os empresários e a população em geral, concordam que o actual sistema de democracia representativa que se constituiu após o 25 de Abril, nos reserva 2 deputados numa Assembleia da República com 250, contra os mais de 50 que só o distrito de Lisboa elege, o que manifestamente é insuficiente, politicamente ineficaz (lembremo-nos da Barragem do Pisão), degradante e mesmo humilhante para os habitantes desta região.

Se estendermos a reflexão a todo o Alentejo, uma região que representa 1/3 da área geográfica do país tem direito a 8 deputados, em 250!

E todos podemos constatar que a situação não vai melhorar no actual quadro. Portalegre já teve 4 deputados, o dobro, e foi paulatinamente perdendo deputados para distritos onde a população foi aumentando.

É pois óbvio que o sistema de representação democrática que foi implementado após o 25 de Abril, fomenta a desigualdade territorial, mina a coesão nacional e a solidariedade regional e, logicamente, falha rotundamente no cumprimento do D do desenvolvimento e no D da democratização de Abril.

A clareza desta conclusão é tão cruelmente simples e incontestável que chega a ser penoso percebermos que pela inacção de muitos nos tornamos todos coniventes com o actual estado de coisas.

Um dos argumentos esgrimidos incessantemente por altura do referendo pelos defensores do Não, consistia na questão da criação de mais uma série de cargos políticos pagos pelo erário público, em nada necessários para a gestão da coisa pública e que apenas constituiria mais um encargo sem qualquer benefício para o país.

Pois bem, o que se percebe passados 20 anos, é que o Estado acabou por criar esses cargos políticos intermédios, cada vez em maior número, sem competências muito bem definidas, ou pelo menos com sobreposição de várias, e, o pior de tudo, sem qualquer controlo democrático do povo, sem qualquer legitimação popular.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Se não vejamos, temos as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), que segundo o decreto-lei 104/2003, são serviços desconcentrados da Administração central dotados de autonomia administrativa e financeira, incumbidos de executar medidas proveitosas para o desenvolvimento das respectivas regiões.

É o povo que elege as CCDR? Não! É o Governo Central.

E portanto a quem respondem às direcções das CCDR?

Ao Governo que as nomeou! Simples e claro.

Quem fica a perder? As regiões pobres e com menos habitantes.

Mas temos ainda as CIM (Comunidades Intermunicipais) que começaram por ser associações de municípios, no sentido de se criarem convergências e sinergias intermunicipais mas que agora são responsáveis por candidaturas a fundos europeus, pela organização da rede de transportes intermunicipais, por decidir onde e quando se constroem quartéis de bombeiros, etc.

Mais uma estrutura intermédia com vários funcionários, com responsabilidades na gestão de cada vez mais competências concelhias, sem terem sido eleitas por sufrágio universal e portanto, mais uma vez, sem legitimidade popular directa.

Mas temos ainda outras estruturas como a ERT, Entidade Regional de Turismo, organismo intermédio responsável pela promoção e desenvolvimento turístico regional, com competências supraconcelhias, mas com fortes implicações nas definições de política turística de um concelho, e, mais uma vez, sem qualquer legitimidade popular.

Ou seja, o Governo percebeu que para a gestão de várias das suas competências, era necessário e mais eficaz criar a tal estrutura intermédia que tantos diabolizaram há 20 anos, mas criaram-na sem que fosse auditada ou avaliada pelo povo e sem que o mesmo pudesse exercer o seu voto na eleição destas estruturas.

Finalmente, e para concluir esta reflexão, olhemos para os nossos vizinhos ibéricos e passados sensivelmente os mesmos anos de democracia, embora com diferenças muito relevantes, comparemos o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas de Espanha, como a nossa vizinha Extremadura e a Galiza, com as regiões vizinhas portuguesas e, com toda a honestidade intelectual, reconheçamos que o principal segredo do seu desenvolvimento foi precisamente o processo de regionalização aprofundado que encetaram em 1976, que concedeu autonomia às regiões para se organizarem e decidirem sobre os recursos de que dispunham, mas que, principalmente deu voz e peso político às regiões mais desfavorecidas.

Voz e peso político que Portalegre não tem! Voz e peso político que o Alentejo e todo o interior do país não têm!

O projecto político do MFA foi de tal maneira progressista, ambicioso e avançado que passados 45 anos ainda não o cumprimos.

Passados 45 anos assistimos mesmo a novas-velhas formas de voltar ao Estado-Novo, em que o trabalho não tinha direitos, a mulher não tinha dignidade, os



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

pobres não tinham acesso à saúde, à educação e a condições de vida condignas, e o povo não tinha direito ao voto.

Na nossa vida, na nossa prática política, homenagear e cumprir o 25 de Abril é perguntarmo-nos sempre se estamos a ser consonantes com os princípios que o MFA inscreveu no seu programa político ou se estamos a traí-lo.

Lembremo-nos da Ana do início da minha intervenção. E do João e da Carolina.

Sempre que sancionarmos políticas que criaram dificuldades ao acesso que todos tiveram aos cuidados de saúde de que necessitavam, estaremos a trair Abril.

Sempre que retirarmos direitos ao trabalhador e não o protegemos no desemprego, estaremos a trair Abril.

E sempre que não dermos voz ao povo na gestão do bem colectivo que é o nosso Estado nos seus diferentes níveis, também estaremos a trair Abril.

Demos voz ao povo, façamos a regionalização e cumpramos Abril!

Viva o 25 de Abril!

Viva Portalegre!

Viva Portugal!"

No uso da palavra, Ricardo Romão, em representação da Coligação Livre e Independente por Portalegre (CLIP), proferiu a seguinte intervenção:

“Uma vez mais, celebramos o 25 de Abril. Este ano o quadragésimo quinto aniversário.

Como em anos anteriores, é um momento de celebração. De celebração da Liberdade, de celebração da instauração da Democracia em Portugal, cortando com um passado de mais de quatro décadas de ditadura. É, como sempre, altura de agradecer e recordar todos os que lutaram e construíram o Estado que agora temos. Mas, mais do que tudo isto, esta é a data em que podemos avaliar o estado desta nossa Democracia, como tem evoluído, perspetivando um futuro que todos queremos melhor.

Num ano que, politicamente, é marcado por dois atos eleitorais: eleições europeias e eleições legislativas, será oportuno refletir sobre o estado da política. Analisemos, por exemplo, a evolução da taxa de abstenção, nestas duas eleições, em anos anteriores. Nas eleições para a Assembleia da República, a taxa de abstenção foi, nas primeiras eleições livres de 1975, de 8,5%, nos anos 80 ultrapassou os 20%, nos anos 90, os 30% e em 2009 ultrapassou os 40%. Nas últimas eleições legislativas, em 2015, atingimos o recorde de 44% (44,1%) de taxa de abstenção. Isto é, quase metade dos portugueses não votaram. Porquê?

No caso das eleições para o Parlamento Europeu, o panorama é ainda mais dramático. Dos 28% (27,8%) de taxa de abstenção nas primeiras eleições, em 1987, o valor foi sempre escalando até ao também recorde em 2014, de 66% (66,4%), um dos mais altos de toda a União Europeia.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Qual a leitura desta evolução em mais de 40 anos? Simples: um gradual afastamento e alheamento da maioria dos cidadãos em relação à gestão do seu país, à política e consequentemente aos políticos. Qual o envolvimento real dos portugueses na gestão da atual democracia? O diagnóstico simplista é de uma falha de cidadania participativa em Portugal. E porquê? Talvez pela dificuldade dos políticos em chegar aos cidadãos e por falta de confiança, talvez por falta de educação cívica nas escolas, talvez por mantermos sistemas obsoletos de representatividade, talvez pelo estabelecimento gradual de uma iliteracia política, que hoje é mais que patente. Porque não está cheia, no dia de hoje, esta sala onde nos encontramos? E nas várias Assembleias Municipais que aqui realizamos, qual a assistência média?

A liberdade plena e a assunção da democracia trouxeram consigo também um certo conformismo, o imobilismo e mesmo a alienação sobre conquistas que são dadas como adquiridas. Sem ser necessário lutar por elas. Sem necessidade de envolvimento pessoal ou coletivo.

Nada mais errado! Postula-se que a História se pode repetir e que conhecer bem o passado evita repetir os mesmos erros no futuro. É esta a mensagem que é necessário acentuar. Que a democracia tem que continuar a ser construída. Numa altura em que, assumidamente, temos democracia, devemos aspirar continuamente a uma melhor democracia.

Paradoxalmente, apesar deste alheamento, na atualidade, as expectativas dos cidadãos portugueses em relação ao Estado são cada vez maiores. Se em 1974 haveria sonhos, e as conquistas do 25 de Abril foram um súbito concretizar de alguns deles, neste momento há expectativas quase ilimitadas. Que, além disso, são expectativas também globalizadas.

Que fazem deixar de acreditar que seja possível atingir alguns objetivos em Portugal e podem incentivar, por exemplo, à emigração. Isto é, ao invés de lutar pelas conquistas no seu país, pode ser opção consegui-lo no exterior. Estranho, não? É a iliteracia política que antes referíamos que “abre a porta” para a ameaça do populismo e para a fácil manipulação das massas com promessas irreais e mesmo antidemocráticas. É uma das ameaças atuais um pouco por todo o Mundo. E também em Portugal onde, tendencialmente, vão ganhando lugar partidos ativistas, extremistas ou mesmo anti-democráticos. E porquê? Porque os partidos tradicionais, e que dominam o chamado “arco do poder” capturaram o sistema governativo e a gestão do Estado, com uma teia de poder que limita a renovação do sistema, que se vai autodestruindo através de uma nefasta consanguinidade partidária, de restritos círculos de amizade, de influência pessoal ou familiar.

Os “partidos do Povo”, que emanaram do 25 de Abril, passaram gradualmente a ser “partidos do Regime”. Isto é, ao invés de terem como desiderato a defesa dos interesses básicos dos cidadãos (o mais básico de todos a Liberdade e que foi conseguida pela interação de saudáveis diferenças ideológicas), colocam agora como intenção prioritária defender os interesses partidários acima de tudo, em estratégias milimétricas de acesso ao poder. É como que uma “clubite” irracional desprovida de qualquer desportivismo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

E em que não há árbitro ou este está corrompido. E que lida mal com a diferença. E que abusa da demagogia, da hipocrisia e da falta de frontalidade e transparência. É, por isso, possível ver ateus a comemorar festivamente o Natal ou a Páscoa porque é politicamente correto, gente a defender valores animais acima dos valores humanos, ou a criticar traiçoeiramente os próprios aliados políticos quando conveniente. Tudo conta para maior protagonismo. Tudo conta por mais um like!

Tudo conta por mais um voto!

Como já havíamos afirmado há um ano atrás, tudo isto vai arredando da política muitos dos cidadãos com valor e que jamais acrescentarão o seu contributo à política, pela necessidade de submissão a ditames partidários e ao carreirismo. E este *status quo* a que chegámos no presente é precisamente a subversão de um dos maiores valores almejados pelo 25 de Abril: o da meritocracia. Terão todos os portugueses idênticas e reais possibilidades de se afirmar? A sua ascensão profissional e participação cívica é independente da sua filiação partidária? Do estatuto social dos seus pais e padrinhos?

Da sua capacidade económica? Não! Talvez ainda não! Ou, talvez já não? O diagnóstico de muitos dos problemas e riscos do enfraquecimento da tal Democracia que aqui celebramos – e que tanto custou a conquistar – vai estando feito. Custa agora criar os mecanismos que revertam muitos desses problemas. Como? Antes de mais é necessário assumir que a agenda política de longo e médio prazo não pode ser construída em dependência de ciclos eleitorais, que se baseiam numa disputa pelo poder. Há problemas, melhor – chamemos-lhes causas – que têm que ser transversais a todas as forças políticas. Ao nível nacional e internacional. Pois são essas questões que definirão o nosso futuro. A nível global, questões como a poluição e defesa do ambiente, a gestão da água, o combate ao terrorismo, o combate às desigualdades, à fome, à guerra, o apoio aos migrantes, entre outras, deverão estar na linha da frente das nossas preocupações e ação comuns.

A nível nacional há diversos desafios, difíceis de gerir como sabemos, que evoluíram também com a alteração da própria Sociedade portuguesa nestes últimos 45 anos, como sejam a defesa do Serviço Nacional de Saúde, a reforma da Segurança Social, a melhoria do Sistema Educativo, a coesão territorial e os problemas do Interior, entre outros.

Algumas ocorrências recentes vão-nos expor exemplos das nossas fragilidades, que resultam de recorrentes falhas do próprio Estado: a rotura do sistema bancário, a tragédia dos incêndios de 2017 e, até recentemente, uma simples greve de 3 dias que ameaçou bloquear o país. De quem é a responsabilidade?

Como havíamos afirmado há um ano atrás, neste momento, uma das grandes dificuldades sentidas por municípios como o de Portalegre é a desigualdade entre os territórios do interior e as grandes zonas metropolitanas. E esta questão continua para nós a ser como que uma luta diária, entre um David e um Golias, sem perspetivarmos qual seja o desfecho final. Este ano foi marcado pelo início de um processo de transferência de competências para os municípios, decidido pelo Estado Central. Um processo que não é unânime. Que levanta muitas dúvidas e incertezas. Que é difícil



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de controlar pelos municípios, sobretudo aqueles com menor capacidade operacional. Será esta também uma conquista do 25 de abril, 45 anos depois da Revolução? Um maior protagonismo e responsabilidade do Poder Local? Mas, com que meios? É uma transformação profunda que implica, uma vez mais, consensos nos vários atores locais, trabalho conjunto e, sobretudo, responsabilidade de fazermos cumprir aquilo que o voto democrático nos confiou: fazer o melhor por Portalegre e por Portugal. Viva a Democracia! Viva Portalegre! Viva Portugal!”

No uso da palavra, Miguel Monteiro, em representação do Partido Socialista (PS) proferiu a seguinte intervenção:

“Começo esta minha intervenção por enaltecer o simbolismo político desta Sessão Solene da Assembleia Municipal.

Esta é a casa da democracia em Portalegre.

É aqui que oficialmente o 25 de Abril deve ser celebrado. Em boa hora o Sr. Presidente da Assembleia Municipal chamou a este órgão, esta iniciativa, pois é aqui que a verdadeira representatividade política e democrática entregue pelos Portalegrenses, se manifesta de forma mais relevante.

Enquanto eleito pelo Partido Socialista nesta Assembleia, não vejo honra maior, do que a de discursar nesta data, em representação do meu partido, fundador do regime democrático em Portugal, e também em representação das Portalegrenses e dos Portalegrenses, que delegaram em nós, a responsabilidade de defender os seus legítimos interesses e aspirações.

Lá por casa, sempre vou ensinando com a frequência aconselhada, que esta data, este feriado, é o dia mais importante das nossas vidas.

É assim que o encaro e sempre encarei, e não entendo como alguém possa subestimar ou desvalorizar a Revolução dos Cravos e a importância da mesma nas nossas vidas.

A não ser que esse alguém, considere que a vida, plena e dentro dos limites da dignidade humana, seja compatível com a imagem de um animal acorrentado, maltratado, ferido, expurgado da sua voz, da expressão dos seus sentimentos e vontades, em suma da sua liberdade.

“Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância.” Palavras de Simone de Beauvoir que devem estar presentes em qualquer mulher ou homem que se preze e preze os outros.

Minha caras e meus caros concidadãos,

Vivemos um pouco por todo o mundo, e já com alguns sinais preocupantes no nosso país, um tempo perigoso para a democracia, e portanto para as conquistas de Abril.

Com efeito, sob a bandeira do populismo, e cerrando fileiras contra o sistema democrático que tanta vida custou à humanidade, novas formas de fascismo e de ditadura, nascem e crescem onde menos se pode esperar.

Todos conhecemos os casos mais mediáticos.

Os daqueles que já chegaram ao poder.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Os dos outros que vêm crescendo na sua influência junto dos seus povos.

E ainda os aqueloutros, que aparecendo agora de forma enganadoramente tímida, vêm sendo lançados, muitas das vezes com culpas não assumidas pelo poder dos “media”, que afiam as suas garras á espera da oportunidade, que o povo, ainda livre, lhes possa dar, para os acorrentar novamente.

Hoje, no dia 25 de Abril de 2019, não desejaria passar esta oportunidade que me foi dada, sem lançar este pungente alerta. Esta minha íntima e preocupante reflexão.

O que está por detrás deste fenómeno, e que leva povos inteiros a sacrificar a sua liberdade por um regime autoritário e supostamente moralista?

Como nasce esta perigosa semente?

Não é num discurso que se dá resposta a tão complexas questões, mas algumas pistas se podem deixar.

Desde logo, a ideia alimentada por alguns interesses corporativos, de que na política só deviam existir príncipes perfeitos. Como se nos outros sectores de actividade da vida pública, essa perfeição alguma vez pudesse existir.

Esta ideia, é geralmente patrocinada por grupos económicos, alavancados pelas suas empresas de comunicação, e usando como peões na sua estratégia, fazedores de opinião, com pouca ética e muita moral, e que convivem mal com o belo odor dos cravos, que preenche as nossas vidas desde há quarenta e cinco anos a esta parte.

Na senda desta ideia, a suposta verdade, dada como adquirida, de que os partidos políticos são o grande mal das nossas sociedades, e que uma suposta independência, alicerçada em movimentos de cidadãos ou da sociedade civil, são o caminho a seguir, isento de pecados e transbordantes de virtude.

Nada mais errado e enganador.

Tais supostos independentes, na sua maioria surgidos de rupturas dentro dos próprios partidos, caracterizam-se de forma geral por terem todos os defeitos dos partidos e nenhuma das virtudes dos mesmos, de que o esvaziamento de ideologia é um dos seus maiores problemas,

O culto da personalidade, o egocentrismo excessivo, o endeusamento e santificação dos líderes destes movimentos, são sinais bem evidentes de como se constroem perigosos mitos, que podem em casos extremos, colocar em causa os ideais de Abril.

Não gosto nada de rodeios, especialmente numa data tão importante como esta, e para ir directo ao assunto, sempre vos digo. Portalegre, não é diferente.

A actual governança local, usa e abusa destas características.

Procura alianças com os malvados partidos, sempre que as mesmas lhe tragam alguma estabilidade e proveito.

Mas depois, no fim de tudo, depois de usar esses perenes e ilusórios casamentos de circunstancia, deita tudo fora, e lá reaparece novamente a imagem de pureza absoluta, de alguém acima de tudo, de alguém vitima de tudo e de todos, o que apenas serve para esconder uma ambição desmedida pelo poder, e ao mesmo tempo, uma absoluta inabilidade para gerir os destinos comuns daqueles que vivem e sobrevivem como podem.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Pois, para estes actores políticos, Abril não serve de muito. Serve para ser eleito pelo povo, mas não servirá seguramente para o resto.

Não serve para acabar com a vergonha que continua a passar-se na Fundação Robinson, instituição sem rei nem roque, e que consome conselhos de administração como se consome lenha em lume brando.

Não serve para fazer cumprir determinações democraticamente tomadas por esta Assembleia Municipal, e que vão sendo adiadas, sempre com mil e uma desculpas, e sempre com a culpa atribuída a outros, que a humildade de reconhecer erros, e o direito de errar, algo inerente à liberdade, não é para aqui chamada.

Nem sequer a decisão tomada pela Assembleia Municipal, de homenagear um dos fundadores da democracia em Portugal, foi respeitada por quem lidera o poder executivo no nosso concelho. E como teria sido importante assinalar este dia 25 de Abril com essa justa homenagem.

Com toda a certeza que a culpa disto, não é da Sra. Presidente, mas sim da comissão de toponímia.

Abril também é responsabilidade, e isso é algo que falta a muitos e não é para todos.

Eu, enquanto líder da bancada de um partido nesta Assembleia Municipal, tudo tenho tentado fazer, junto com o grupo político a que pertenço, para não pactuar com este tipo de governação, que tenta esvaziar a democracia de ideologia, de ideais políticos, de princípios e de uma ética republicana, e que os partidários desta suposta independência, confundem com política de terra queimada ou política do bota abaixo, esquecendo que a oposição justa, frontal, e por isso leal, é uma das conquistas da liberdade.

Caras e caros concidadãos,

Com o que acabei de dizer, não isento os partidos políticos de culpas, pelos perigos que a democracia hoje em dia atravessa.

Claro que não. Seria de uma enorme falta de humildade se assim o fizesse. Obviamente que os partidos ou os sindicatos, para falar de duas instituições que só fazem sentido em liberdade, têm que repensar a sua forma de organização e pensamento.

Estas entidades, têm que arrepiar caminho, em nome dos que lutaram pela revolução mais bonita que este país alguma vez viu nascer. E assim, em nome de Portugal, das Portuguesas e dos Portugueses.

Não podem basear a sua actuação pensando no individual, em vez do colectivo que é o povo.

Não podem centrar as suas motivações, em interesses corporativos ou económicos, por vezes externos a estas organizações, como ainda faz pouco tempo pudemos observar nalgumas greves decretadas a pedido, e que só serviram para descredibilizar esse direito inalienável e sagrado conquistado com sangue, suor e lágrimas por trabalhadores do mundo inteiro.

Não, os partidos também têm que se repensar, mas nunca esquecendo, que são parte essencial da democracia, que são parte imprescindível de um sistema democrático, que até prova em contrário, é o melhor e o mais equilibrado a que podemos almejar.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Desculpem os presentes, o tom um pouco amargo da minha intervenção, mas encaro a liberdade assim, como algo que tem que ser pensado, acarinhado e tratado diariamente, com o cuidado devido, para que possamos transmitir um mundo e um país melhor para as gerações vindouras.

Por isto, vale sempre a pena lembrar Abril,

Por isto vale sempre a pena festejar Abril,

Por isto, e por muito mais, Abril, valeu a pena e valerá sempre a pena,

Por isto, vale sempre a pena agradecer aos capitães de Abril,

25 DE ABRIL SEMPRE

VIVA O 25 DE ABRIL

VIVA A LIBERDADE

VIVA PORTALEGRE

VIVA PORTUGAL.”

No uso da palavra, Maria Adelaide Teixeira, presidente da Câmara Municipal de Portalegre, proferiu a seguinte intervenção:

“O dia que hoje celebramos, o dia da Revolução, o dia da Liberdade, era há muito esperado pelo nosso povo. Depois de um longo período de ditadura, em que o medo e o silêncio imperavam, com receio das consequências, houve a ascensão de uma vontade, expressa pelo Movimento das Forças Armadas, na voz dos Capitães de Abril e que ecoou por toda a nação.

Esse grito de afirmação democrática, de conquista de liberdade, marcou e mudou o rumo de todo um país. Depois de um período de forte agitação política e social, que culminou na entrada em vigor da nova constituição democrática a 25 de Abril de 1976, precisamente no mesmo dia das primeiras eleições legislativas da nova República, Portugal ocupou o seu lugar nas democracias do Velho Continente.

E a mentalidade da nação foi acompanhando os novos tempos, apesar de algumas dificuldades que persistiram, nomeadamente de cariz socioeconómico.

A economia só estabiliza por volta de 1986, muito certamente devido ao grande empréstimo solicitado ao Fundo Monetário Internacional e à entrada do nosso país na Comunidade Económica Europeia. E a mentalidade de que falava foi-se aproximando dos ideais dos países democráticos do então chamado “Mundo Livre”.

A mudança de regime e de mentalidade também trouxe à superfície uma série de questões que antes eram conhecidas, mas das quais não se falava porque eram culturalmente normais. Aliás, algumas delas ainda persistem no tempo, sendo que, felizmente, na sua maioria, já se alterou o ângulo com que são apreciadas, até do ponto de vista legal e/ou legislativo.

E é a propósito do exercício da liberdade que abordo hoje aqui uma questão que nos envergonha a todos, a violência. Seja nos maus tratos infantis, na violência doméstica, que apesar de ainda ter como vítima predileta a mulher, é cada vez menos uma questão de género, face ao aumento significativo de denúncia de homens vítimas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

deste gênero de violência, seja de bullying, a homofobia, de violência no namoro, contra os idosos, etc.

Faço-o no dia da Liberdade, em Abril, que é também o mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância”, associado à “Campanha Laço Azul”, em homenagem a todas as vítimas que sofrem maus tratos e se vêm privados da sua liberdade. A Campanha do Laço Azul iniciou-se em 1989, na Virgínia, nos Estados Unidos da América, quando uma avó, Bonnie W. Finney, amarrou uma fita azul à antena do seu carro “para fazer com que as pessoas se questionassem”.

A história que Bonnie Finney contou aos elementos da comunidade que se revelaram “curiosos” foi trágica e sobre os maus-tratos à sua neta, os quais já tinham morto o seu neto de forma brutal. E porquê azul? Porque apesar do azul ser uma cor bonita, Bonnie Finney não queria esquecer os corpos batidos e cheios de nódoas negras dos seus dois netos. O azul servir-lhe-ia como um lembrete constante para a sua luta na proteção das crianças contra os maus-tratos.

As Nações Unidas definem violência como “o uso intencional da força física ou poder, ameaça ou real, contra si próprio, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha uma alta probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação”.

A propósito, relembro o 1º artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos que afirma que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”, o que exclui, obviamente, a violência.

A violência é uma ameaça à democracia, uma barreira à paz duradoura, um fardo para as economias nacionais, e uma aterradora violação dos direitos humanos. A violência tem vindo a ser assumida cada vez mais como uma preocupação por parte dos organismos internacionais e dos diversos governos, quer pela sua dimensão de atentado aos mais elementares direitos humanos, quer pelo problema de saúde pública que tal fenómeno também configura. Muitos organismos têm produzido diversos tipos de documentos orientadores, onde são afirmados princípios ou linhas norteadoras para o combate a este tipo de violência.

Embora exista uma vontade mundial no sentido de se combater este tipo de violência, o problema encontra-se longe de ser erradicado.

Para além da questão legal ou da legislação que existe ou que possa vir a existir, passa por uma questão de formação cívica que ainda não é intrínseca à sociedade. Há uma raiz cultural que resiste ainda ao passar do tempo e às atualizações jurídicas. Infelizmente, nalguns elementos das gerações mais novas, conseguimos descortinar práticas de violência.

Casais em que um dos elementos controla o telemóvel do outro, o que veste ou com quem se relaciona.

Jovens que sofrem de bullying, seja por serem vítimas de preconceito ou por não serem tão afirmativos.

Jovens que já utilizam a violência física como exercício de poder sobre o outro. O silêncio não pode ser mantido nestes casos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Estas questões ultrapassam a esfera do íntimo, do pessoal, são do foro criminal, são crimes públicos e por isso temos a obrigação de os denunciar. O silêncio, nalguns casos, pode mesmo ser fatal.

A liberdade é uma conquista que devemos estimar, preservar e executar, fazendo valer os nossos direitos mas também exercendo as nossas obrigações. Mas infelizmente nem sempre tal acontece e muitas vezes por aqueles que se assumem como defensores morais dos valores de Abril.

E isto não acontece só na porta do nosso vizinho, acontece também à nossa.

Por vezes até por aqueles que têm maiores responsabilidades e que devem dar o exemplo.

Enquanto Presidente de Câmara, enquanto mulher, enquanto pessoa, não poderei nunca compactuar com comportamentos desta magnitude.

Não podemos desrespeitar a mensagem que Abril nos deixou.

Enganam-se aqueles que pensam que a Liberdade e a Democracia são exclusivos dos partidos políticos.

A Liberdade e a Democracia são do povo.

Compete-nos a nós passar os ensinamentos de Abril às gerações vindouras.

Não pode haver liberdade onde existem maus tratos;

Não pode haver liberdade onde existe violência;

Não pode haver liberdade onde existe desespero;

Temos de contribuir para a construção de liberdade todos os dias, para que Abril viva em nós.

Que se cumpra Abril, agora e sempre.

Viva o 25 de Abril, Viva Portalegre, Viva Portugal.”

No uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal, Luís Testa, dirigiu-se a todos, como portalegrenses e portugueses, dizendo que a principal obra do 25 de Abril foi promover a igualdade entre os cidadãos e que a mesma se refletisse em todos os momentos. Para falar do 25 de Abril não levou qualquer papel escrito para ali ler e nem precisava, pois o momento exigia solenidade e porque a data merecia o respeito devido para que se falasse dela, como marco importante do passado, mas sobretudo como um farol para o futuro.

O 25 de Abril trouxe várias conquistas e, principalmente, várias vitórias:

Desenvolvimento económico, crescimento e emprego. Recordou que, a 25 de Abril de 1974, a esmagadora maioria das mulheres não ascendia a um posto de trabalho, nem conseguia a sua independência, verificando-se, em contínuo, a sua subjugação.

O 25 de Abril trouxe justiça social. Quantos não tiveram direito a uma pensão de reforma digna, que lhes permitisse viver os últimos dias das suas vidas com dignidade? Só Abril possibilitou que assim fosse. Trouxe também igualdade de oportunidades, assumida de forma inequívoca e de forma indelével, por duas instituições, que importava preservar: o serviço nacional de saúde, o qual possibilitava os melhores tratamentos médicos, com as melhores práticas internacionais e os





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

melhores meios à disposição em Portugal, tanto ao rico, como ao pobre e tanto ao que vive no interior, como ao que vive no litoral; e a escola pública, paga pelo estado, pelos impostos de todos e que permitiu que o filho do camponês tivesse direito a poder frequentar exatamente a mesma faculdade que o filho do professor doutor, que nela lecionava.

Aquele era o legado de Abril, que importava, todos os dias, preservar e investir, para que nunca desaparecesse.

Todos aqueles desígnios iam sendo cumpridos à medida que a exigência dos portugueses lhes colocava, ainda mais, exigências. Todos os desígnios eram cumpridos no dia a dia, mas faltava sempre cumprir qualquer coisa.

Há poucos anos, dava-se por adquirida a democracia e faltava adquirir todo o resto do proposto, no 25 de Abril e, atualmente, parecia que faltava cumprir mais democracia e menos os outros propósitos.

Na verdade, no dia 25 de Abril de 2019, faltava cumprir mais a democracia do que no 25 de Abril de 1974. Os populismos avançavam, a ideologia desaparecia e a conceção filosófica da humanidade esbatia-se em simples objetivos pessoais, corporativos e espúrios. O desaparecimento das ideologias colocava todos perante novos desafios, porque a ideologia dava sentido à discordância, à concordância ao debate e à participação cívica e política na sociedade e quando movimentos mais orgânicos ou mais inorgânicos disputavam o palmo do poder, sem trastejar ideologicamente um objetivo, propunham-se a quê? O exercício do poder pelo poder?

Salientou o facto de alguns sindicatos deixarem de defender os verdadeiros interesses dos trabalhadores e se comportarem como defensores das próprias corporações que combatiam há décadas.

Portanto, o repensar Abril implicava repensar os partidos políticos, o movimento sindical e, sobretudo, a política de “P” grande, que era necessária para a convivência em sociedade e para o desenvolvimento social do país.

Os objetivos de Abril não se cumpriam meramente ou tão somente num país como Portugal. À escala global, disse que era preciso uma forma permanente de pensar os objetivos de Abril. Deu o exemplo do incêndio recente da catedral de Notre Dame, que escandalizou o mundo e mostrou que nem o país mais iluminado do mundo estava a salvo de cataclismos. O mundo mobilizou-se e conseguiu-se arranjar verbas para a reconstrução da catedral. Contudo, meses antes, a fúria do tempo abateu-se sobre Moçambique e morreram centenas de pessoas. Uma tragédia incalculável que deixou sem alimentos milhares de pessoas e o mundo pouco ou nada fez.

Portanto, quando as pedras valiam mais do que as pessoas, pessoas que também construíram pedra sobre pedra, alguma coisa estava mal e havia interrogações que tinham de se colocar.

Abril não se cumpria num dia, nem em 365 dias, nem em 45 anos da história democrática. Abril cumpria-se projetando o futuro, com as bases sólidas do passado, ainda que fosse um passado recente, porque na eterna história da humanidade o passado era sempre recente.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O compromisso que os dirigentes e a classe política tinham para com os cidadãos era fundamental e essencial. Na atividade política, o importante mesmo era o que se conseguia fazer pelas pessoas.

Concluiu, dizendo que, naquele dia, não bastava usar um cravo ao peito, porque o que era preciso era usar um cravo no coração todos os dias.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portalegre!

Viva a liberdade!

Viva Portugal!"

O presidente da Assembleia Municipal de Portalegre fez ainda questão de agradecer à banda Euterpe, à GNR e PSP, pela colaboração prestada.-----

**FALTAS:** Faltaram os membros: João Manuel Batista Vivas, Luís Miguel Candeias Ricardo, Henrique Manuel Esteves Santinho.-----

### **ENCERRAMENTO:**

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo presidente da Assembleia Municipal, encerrada a sessão solene, eram 11H00, do dia 25 de abril, do ano de 2019 e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei.-----